

**PROVIMENTO Nº 26, DE 30 DE AGOSTO DE 2021.**

~~Dá nova redação ao caput do art. 1º do  
Provimento nº 23, de 30 de julho de 2021.~~

~~O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais;~~

~~CONSIDERANDO que a Resolução nº 322, de 1º de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, autorizou o restabelecimento progressivo das atividades presenciais do Poder Judiciário, desde que obedecidas as condições sanitárias e de atendimento de saúde pública que viabilizem a medida;~~

~~CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas na Resolução TJAL nº 22, de 1º de junho de 2020, que determinou o retorno gradual das atividades presenciais no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, observadas as etapas vermelha, laranja, amarela e azul nele definidas,~~

**RESOLVE:**

~~Art. 1º O caput do art. 1º do Provimento nº 23, de 30 de julho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:~~

*~~“Art. 1º A partir do dia 1º de setembro de 2021, os Oficiais de Justiça Avaliadores cumprirão mandados oriundos de processos de alimentos e interdição, de réus presos ou adolescentes internados, de violência doméstica, improbidade administrativa, crimes contra a administração pública, cartas precatórias, de processos urgentes a critério dos Magistrados e quaisquer outros mandados judiciais de processos distribuídos até 31/12/2020.  
(...)”~~*

~~Art. 2º Este Provimento entrará em vigor no dia 01º de setembro de 2021.~~

~~Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.~~

~~Maceió, 30 de agosto de 2021.~~

**DES. FÁBIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO**  
Corregedor Geral da Justiça